

**ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA  
3ª REGIÃO – SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021  
PROCESSO e-PAD 4875/2021 (SEGPPE)**

**PRIME CLIMATIZAÇÃO DE AMBIENTES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.270.165/0001-16, com sede localizada à Avenida das Orquídeas, nº 565, Bairro Jardim das Alterosas, Betim (MG), CEP 32673-206, endereço eletrônico [prime@primearcondicionado.com.br](mailto:prime@primearcondicionado.com.br) e , na qualidade de LICITANTE VENCEDORA do processo em referência tendo em vista Recurso Administrativo manejado por ARCOGEL REFRIGERAÇÕES LTDA., por meio da presente, apresenta suas CONTRARRAZÕES ao referido recurso, conforme passa a demonstrar:

#### **DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO**

A Recorrida inicialmente faz constar seu direito em apresentar Contrarrazões ao Recurso, se encontra devidamente fundamentada pela legislação vigente e as normas de licitação, inclusive no item 20.3.1 do instrumento convocatório.

Tendo em vista a tempestividade, a Recorrida solicita que o Ilustre **PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO – SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, conheça das CONTRARRAZÕES e analise todos os fatos nela apontados.

No que tange a apresentação das contrarrazões o item 20.3.1 do Edital estabelece que:



20.3. Encerrada a etapa de lances, os licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarado o vencedor e se está liberada a opção para interposição de recurso. A partir da liberação, os licitantes terão 24 (vinte e quatro) horas para manifestar a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

20.3.1. O recorrente terá 3 (três) dias, a contar da manifestação prevista no item anterior, para apresentar as razões do recurso. Findo esse prazo, os demais licitantes terão 3 (três) dias para oferecer as contrarrazões.

20.3.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer iniciará após decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista nos art. 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006, se for o caso.

Nesse sentido também é o Decreto Federal nº 10.024/2.019, que "Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências", nos termos da norma do Art. 44, *in verbis*:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o **caput** deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

**§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.**

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput**, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados. (destacado)

Ante o exposto é cabível a apresentação das CONTRARRAZÕES ao infundado e insubsistente RECURSO apresentado pela empresa ARCOGEL REFRIGERAÇÕES LTDA.

## DOS FATOS

Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico de nº 004/2.021 do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, para a "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica, operação, manutenção corretiva e preventiva em



condicionadores de ar e cortinas de ar de todas as unidades deste Regional no estado, com a disponibilização de técnico residente para algumas unidades localizadas em Belo Horizonte – MG, nos termos deste Edital e seus anexos.”

Cumpra esclarecer que a RECORRIDA é uma empresa séria e, como tal, preparou sua proposta obedecendo estritamente as normas do edital, apresentando, ainda o seu melhor preço e consequentemente, após disputa de lances, o menor preço entre as licitantes, para o objeto licitado, que foi aceito após a Recorrente não cumprir com a determinação do instrumento convocatório.

Entretanto, a RECORRENTE, sem qualquer fundamento e com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame apresentou um recurso absurdo e despropositado, ensejando única e exclusivamente protelar a conclusão do procedimento licitatório, sem se ater ao Edital e consequentemente aos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

Fato é que a RECORRENTE apresentou sua proposta sem observar o Edital, notadamente a qualificação técnica. Nesse sentido a Secretaria de Gestão Predial, que irá administrar o futuro contrato de prestação de serviços assim analisou:

Secretaria de Gestao Predial <segpre@trt3.jus.br>  
Para: Secretaria de Licitacoes E Contratos <selc@trt3.jus.br>

23 de março de 2021 13:14

Silvia, boa tarde.

Analisamos os documentos encaminhados e encontramos algumas divergências na habilitação técnica.

- Item 4.3 do T.R - Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em nome do engenheiro mecânico indicado como responsável técnico, comprovando ter prestado serviços de manutenção em condicionadores de ar do tipo Split para os lotes 1 ao 8. Especificamente para o Lote 9, deverá ser comprovada a prestação de serviços de manutenções em Chiller e SelfContained.

*A licitante ARCONGEL REFRIGERAÇÕES LTDA não apresentou a Certidão de Acervo Técnico, conforme solicitado.*

*A Certidão de acervo técnico apresentada corresponde aos serviços executados pela licitante para a empresa Onduline do Brasil Ltda, sendo assim, há as seguintes incorreções:*

1. A Certidão de Acervo Técnico (CAT) apresentada está em nome do profissional Luiz Fernando Campos do Amaral que possui o título de TÉCNICO MECÂNICO e não engenheiro mecânico, conforme solicitado no Termo de Referência.

- Proposta de preço apresentada.

Observa-se na proposta encaminhada pela licitante que os valores são completamente incoerentes com a licitação e com o que dispõe o Termo de Referência, em todos os itens. Recomendamos analisar o caso e verificar se não é o caso de se enquadrar a licitante, de acordo com os itens 19.4 do Termo de Referência ou 22.1 do Edital, como uma tentativa de declinar da proposta apresentada. Encaminhamos, em anexo, a planilha comparativa entre os valores estimados por este Regional e os valores apresentados pela licitante.

Diante dos fatos, a SEGPRE recomenda a desclassificação da licitante por não apresentar os documentos necessários.





O Instrumento convocatório, no item 4.3 do Anexo II, exigiu que o responsável técnico, constante na Certidão de Acervo Técnico fosse ENGENHEIRO MECÂNICO, vejamos:

4.3. Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em nome do **engenheiro mecânico** indicado como responsável técnico, comprovando ter prestado serviços de manutenção em condicionadores de ar do tipo Split para os lotes 1 ao 8. Especificamente para o Lote 9, deverá ser comprovada a prestação de serviços de manutenções em Chiller e Self contained.

Nesse sentido não pairam dúvidas acerca da correção da análise técnica que resultou na desclassificação da Recorrente. Além disso, as alegações da Recorrente, data vênia, não possuem qualquer fundamento técnico ou jurídico sob todos os lados que se observa, nesse sentido é o recurso:

Mas tecnicamente, a qualificação de ambas as profissões, para os fins a que se propõem o instrumento, são equivalentes (conforme Classificação Brasileira de Ocupações).  
Vejamos:

**144-05 - Engenheiro mecânico**

Descrição Sumária


Projetam sistemas e conjuntos mecânicos, componentes, ferramentas e materiais, especificando limites de referência para cálculo, calculando e desenhando. Implementam atividades de manutenção, testam sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas, desenvolvem atividades de fabricação de produtos e elaboram documentação técnica. Podem coordenar e assessorar atividades técnicas.

**3141-10 - Técnico mecânico**

Descrição Sumária

Elaboram projetos de sistemas eletromecânicos; montam e instalam máquinas e equipamentos; planejam e realizam manutenção; desenvolvem processos de fabricação e montagem; elaboram documentação; realizam compras e vendas técnicas e cumprem normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental.

Ora, querer que seja aceita a argumentação acima é desvirtuar completamente as claras e profundas diferenças nas profissões de Técnico e Engenheiro. Não há qualquer sentido no fundamento do recurso, uma vez que se tratam de profissões diferente que inclusive exigem diferentes graus de formação.



O Engenheiro Mecânico é profissional de nível superior, com graduação em Engenharia Mecânica, graduação essa que dura 05 (cinco) anos. Ao passo que o Técnico mecânico, NÃO POSSUI graduação em Engenharia Mecânica, NÃO POSSUI curso superior, MUITO MENOS pode exercer as funções de Engenheiro Mecânico.

Nessa esteira, causam espanto as alegações da Recorrente, que ficam de pronto impugnadas, de que:

No presente caso, a recorrente atendeu perfeitamente as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação regular e completa.

Logo, os documentos apresentados são perfeitamente hábeis para comprovar a qualificação técnica exigida pelo edital, de forma que atende os objetivos traçados pela Administração Pública.

Ora se o que deseja a Recorrente é equiparar funções tão diferentes, como pode dizer que cumpriu com os termos do edital? Impossível.

Quanto a profissão de Engenheiro, ela foi regulamentada pela Lei Federal nº 5.194/1.966, que em seu Art. 2º disciplina:

Art. 2º O exercício, no País, da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado:

- a) aos que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País;
- b) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de faculdade ou escola estrangeira de ensino superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, bem como os que tenham esse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio;
- c) aos estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerados a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente.

Parágrafo único. O exercício das atividades de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo é garantido, obedecidos os limites das respectivas licenças e excluídas as expedidas, a título precário, até a publicação desta Lei, aos que, nesta data, estejam registrados nos Conselhos Regionais.

A Denominação de Engenheiro é reservada àqueles que possuem a formação básica, *verbis*:



Art. 3º São reservadas exclusivamente aos profissionais referidos nesta Lei as denominações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, acrescidas obrigatoriamente, das características de sua formação básica.

Parágrafo único. As qualificações de que trata este artigo poderão ser acompanhadas de designações outras referentes a cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação.

Equiparar Técnico com Engenheiro é incentivar o exercício ilegal de profissão, que inclusive é punido na referida Lei:

Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

- a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;
- b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro;
- c) o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos delas;
- d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade;
- e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do art. 8º desta lei.

Ainda importante dizer que quanto a exigência de Certidão de Acervo Técnico - CAT exigida no edital, importante dizer que nessa fase da licitação não cabe alegar que se trata de exigência que fere a lei, uma vez que o momento de impugnação ao edital já passou.

Ora, se a Recorrente não concorda com exigências constantes no Instrumento convocatório, caberia a ela, no momento oportuno, impugnar o edital e não tentar com que as exigências não sejam consideradas, como pedido no recurso.

**POR FIM, SOMENTE PODE SER DECLARADO VENCEDOR SE CUMPRIDAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, conforme expressamente constante no item 9.14 do Edital:**

9.14. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será <b>declarado vencedor</b> .
--





Ante o exposto deve ser afastada a tese recursal nesse sentido.

## DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE PARA ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA

Alega ainda a Recorrente que:

Quanto à alegação de incoerências na planilha, não foi oportunizado à Recorrente sequer a realização de seu ajuste ou mesmo comprovação da aptidão para cumprir seu ônus contratual, sendo certo que porquanto tenha se disposto a participar do certamente, certamente não seria leviana ao ponto de não apresentar os requisitos mínimos exigidos.

Mais uma vez sem razão!

É fato que após a disputa de lances, o Pregoeiro e equipe analisam a qualificação da licitante com menor preço, isso é expresso no item 9.9 do edital:

9.9. O pregoeiro e equipe de apoio procederão à análise da documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a **proposta mais bem classificada (arrematante)**, para confirmação das suas condições habilitatórias.

Somente para as propostas que cumprirem com os requisitos da habilitação, será analisada que cumprir com o edital em todos os seus termos, sendo expresso que as propostas que desatenderem as condições do edital serão desclassificadas e a licitante com melhor proposta subsequente convocada, tudo conforme item 9.12 do edital:

9.12. Se a **proposta ou o lance mais bem classificado não for aceitável**, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance do licitante subsequente, verificando a sua aceitabilidade e habilitação, repetindo este procedimento até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, podendo negociar com o licitante para obter proposta melhor.

Ou seja, é cristalino que se a proposta da Recorrente não atendeu as condições de habilitação, **NÃO HÁ QUE SE FALAR EM OPORTUNIZAR A ADEQUAÇÃO DA PLANILHA DE PREÇOS**, pois o pré-requisito, **HABILITAÇÃO**,



foi DESCUMPRIDO.

**Somente licitantes que cumpre com os requisitos da habilitação é que têm a oportunidade de adequar a planilha de preços, O QUE NÃO É O CASO DA RECORRENTE.**

## **DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração Pública, mas como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. De forma subsidiária é o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei Federal nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

(...)

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.





Também nessa esteira, não existe razão ou fundamento para acatar a tese da Recorrente de que as funções de Técnico Mecânico e de Engenheiro Mecânico são a mesma coisa, muito menos que não foi possível adequar planilha de preços, uma vez que o que pretende a Recorrente é fazer com as normas do Edital sejam SUMARIAMENTE DESCUMPRIDAS. Bem como que se descumpra com a Lei que regula a profissão de Engenheiro conforma acima demonstrado.

Ou seja, o que pretende a Recorrente é um tratamento PRIVILEGIADO, uma vez que não cumpriu com as normas do edital e mesmo assim quer ser habilitada e declarada vencedora.

**POR FIM, CLASSIFICAR EMPRESA QUE NÃO CUMPRE COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, como pretende a Recorrente, é descumprir com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme expressamente constante no item 9.14 do Edital:**

9.14. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será <b>declarado vencedor</b> .
--

NESSE CASO ESPECÍFICO DEVE SER MANTIDA A DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE ARCOGEL REFRIGERAÇÕES LTDA., uma vez que conforme aqui demonstrado, o edital NÃO foi atendido em todos os seus termos pela proposta da Recorrente.

Portanto, o INDEFERIMENTO DO RECURSO é medida que se impõe!



## DOS PEDIDOS

Diante ao exposto, tendo em vista que a Recorrente **NÃO** atendeu a todos os requisitos exigidos no processo licitatório, IMPERIOSO que seja **INDEFERIDO** o pleito da Recorrente e mantida a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da empresa **ARCOGEL REFRIGERAÇÕES LTDA**, uma vez que o pedido de reforma da decisão não encontra qualquer respaldo em lei ou no instrumento convocatório.

Nesses termos pede e espera deferimento.

De Betim (MG) para Belo Horizonte (MG), 16 de abril de 2.021.



**PRIME CLIMATIZAÇÃO DE AMBIENTES LTDA.  
TATIANE PEREIRA DE PAULA  
REPRESENTANTE DE LICITANTE**